

Constituinte só após o carnaval

Sessões suspensas quando parágrafos do artigo 6º eram emendados

A tentativa do presidente Ulysses Guimarães de acelerar ao máximo o trabalho de votação esta semana para compensar os feriados de carnaval esbarrou na ameaça de greve dos aviários. Ulysses pretendia realizar duas sessões ontem, pela manhã e à tarde, mas a última teve que ser cancelada porque os constituintes preferiram antecipar as viagens para seus Estados a correrem o risco de ficar sem avião a partir de zero hora de hoje. A saída, então, foi marcar sessões para o fim de semana após o carnaval.

A sessão de ontem de manhã, convocada para às 8h30m, alcançou quorum para votação por volta das 10 horas, mas só às 11 horas, quando Ulysses chegou ao plenário, é que os constituintes recomeçaram a votação do artigo 6º, dos direitos individuais e coletivos. Até às 13h45m, quando a falta de quorum forçou a suspensão da sessão, já haviam sido apreciados todos os parágrafos do artigo 6º e estavam sendo votadas as emendas para incluir novos parágrafos.

Somente uma emenda adicional de parágrafo chegou a ser votada: a do deputado José Tavares (PMDB-PR), que queria incluir entre os crimes inafiançáveis e imprescritíveis o "tráfico de substâncias entorpecentes determinantes de dependência física ou psíquica". A emenda recebeu a maioria de votos do plenário - 188 a 119 - mas não alcançou quorum suficiente para aprovação. Eram 13h20 e a esta altura o plenário estava em rápido processo de esvaziamento.

A matéria apreciada a seguir, uma emenda popular inscrita por 34 mil pessoas e apresentada pela deputada Dirce Tutu Quadros (PTB-SP), será votada no

vamente na próxima sessão, na quinta-feira depois do Carnaval, porque ontem ela não alcançou o quorum mínimo para tornar válida a votação.

Dirce queria a inclusão, entre os direitos individuais e coletivos, da liberdade de exercício e prática de assistência e tratamento espiritual, desde que gratuitos. A emenda pretende tornar lícitas as intervenções cirúrgicas e outros tratamentos médicos realizados por médiuns em transe. Além de emenda de Tutu, outras dezesseis emendas para adicionar parágrafos terão que ser votadas na próxima sessão antes do início da votação do artigo 7º, que trata dos direitos dos trabalhadores.

No início da votação de ontem foi aprovada uma fusão de emendas para o parágrafo que trata da ação popular. O texto do acordo é mais restritivo que o da Sistematização, porque não admite a ação popular para atos lesivos ao consumidor. Ele prevê, no entanto, a gratuidade da ação, desde que impenetrada de boa fé. A gratuidade já era prevista pela Sistematização, mas havia sido excluída pelo Centrão.

O esvaziamento da sessão prejudicou uma emenda proposta pelo deputado Vasco Alves (PMDB-ES), que queria estender o instituto do júri popular para o julgamento de crimes contra a economia popular, contra o patrimônio público e contra o meio ambiente. A emenda de Vasco Alves recebeu a preferência do plenário - 215 votos a 152 - mas não alcançou o quorum mínimo de 280 para aprovação. Acabou prevalecendo o texto da Sistematização, que só admite o julgamento por júri popular de crimes dolosos contra vida.



Constituintes votaram o artigo 6º até que o temor pela greve dos aviários encerrou a sessão

Apuração da fraude depende de técnicos

Somente no final da tarde de ontem os técnicos do serviço de votação eletrônica da Constituinte começaram a desenvolver o programa que permitirá a localização da bancada da qual partiu o voto fraudulento dado, na sessão da última terça-feira, em nome do deputado Sarney Filho (PFL-MA), que na ocasião estava bem longe de Brasília, visitando seu estado. O programa não ficará pronto antes da quarta-feira de cinzas e o teste que ele permitirá só será realizado depois do carnaval.

O programa, no entanto, é a única alternativa razoavelmente confiável para apuração da fraude, já que a comparação das listas de presença com a lista de votantes não ofereceria segurança. No entender do presidente da comissão que apura a fraude, senador Virgílio Távora (PDS-CE), as listas de presenças são, quase sempre, "permeáveis", e não refletem com exatidão a realidade da frequência na Casa.

O método para que a Constituinte chegue a uma conclusão segura sobre a fraude, então, será a comparação do resultado dado pelo computador (que dirá de onde partiu o voto em

nome de Sarney Filho) com as imagens fornecidas pelas emissoras de TV (até ontem só a Rede Bandeirantes havia entregue o material gravado terça-feira) e pelo serviço de acompanhamento da Constituinte, que normalmente grava todas as votações. Um problema adicional poderá surgir a partir desta comparação: não se sabe se, nas gravações, houve o cuidado de se identificar as imagens - com referências ao artigo que estava sendo votado no momento da gravação.

O prazo dado à comissão para apresentação de um relatório é de dez dias úteis - e se esgota no dia 23 próximo. Somente a partir daí é que o processo chegará à Corregedoria da Constituinte. O titular da Corregedoria, deputado Jorge Arbage (PDS-PA), garante que haverá punição para o culpado. "Vamos realmente fundo nesta questão, pois isto atinge a instituição da Constituinte, e isto é muito grave". A punição poderá ser dada em três níveis: o autor da fraude pode receber censura oral ou escrita, a critério da Mesa, poderá ter seu mandato suspenso ou simplesmente perdê-lo - estas duas últi-

mas alternativas deverão ser submetidas a plenário.

A punição, no entanto, é algo em que, por enquanto, não se pensa: a comissão encarregada de apurar a fraude, por exemplo, não fará nenhuma sugestão de como deverá ser castigado o culpado. Isto ficará a critério do corregedor que, por sua vez, agirá de acordo com orientação da presidência da Constituinte. A única certeza de Arbage, neste caso, é que houve crime - a prova material da fraude é a declaração de Sarney Filho de que ele não estava em plenário.

Em meio às investigações, ainda no começo, da fraude de terça-feira, surgiram ontem outras denúncias: segundo o deputado Messias Góes, do PFL de Sergipe, o deputado Olívio Dutra, presidente do Partido dos Trabalhadores, teria fraudado ontem a votação, usando o mesmo método votando duplamente. O incidente, no entanto, já foi esclarecido, e não há indicações de que de fato houve má-fé do deputado petista.

"O deputado que levantou a suspeita é do Centrão, e certamente quer despistar, já que todas as suspeitas do fato de terça-feira vêm recaíndo sobre o seu grupo" - afirmou Dutra.

Acordo sobre estabilidade ainda demora

As negociações em torno da questão da estabilidade no emprego, paralisadas desde o início da semana, em função de outras negociações mais prementes, só devem ser retomadas a partir da próxima quarta ou quinta-feira, quando os constituintes retornarem a Brasília, após o recesso do carnaval. Os partidos de esquerda - que consideram ter obtido importantes vitórias no plenário, até o momento - já se preparam para um duro embate. "Nesse ponto o Centrão tem um grau de unidade muito grande", avaliou o presidente do PT, deputado Olívio Dutra (RS). Ele entende que a votação da estabilidade no emprego será "dura e complicada" por causa de toda "carga ideológica que existe nessa questão". O presidente do PT vai mais longe: "O que teremos no plenário será o embate entre o capital e o trabalho, que divide claramente as forças na Constituinte".

Olívio Dutra, porém, acha que ainda não se esgotaram todas as possibilidades de negociação. "Não há acordo até agora, mas existe um clima favorável a que se converse", disse. De qualquer maneira, o deputado afirmou que o PT "se reserva o direito de votar contra um acordo, caso ele descaracterize a estabilidade", que o partido quer ver garantida no texto constitucional de forma ampla e explícita.

Ari Cunha

VISTO, LIDO E OUVIDO

Lei com moral para o Parlamento

A Assembleia Nacional Constituinte não está fazendo jus à augusta e soberana posição que o povo lhe conferiu. O País inteiro está, hoje, no direito de duvidar dos verdadeiros propósitos dos representantes do povo com assento no Congresso Nacional.

É uma minoria, sabe-se, mas a placidez com que a maioria está assistindo a espetáculos deprimentes, chega a ser comprovadora de sua convicção pela preguiça, ou do medo de punir companheiros.

Ainda não havia sido esquecido o episódio de assinaturas falsas, que levou funcionários a dezenas de horas de trabalho extra para identificar todos os nomes, e já agora aparece o mesmo plenário sob a suspeição de um crime maior: a fraude na votação.

Não é novidade para os constituintes, que o povo está desesperado e desesperançado diante de tantos episódios grotescos de corrupção e desmazelo. Por isto mesmo, tem-se colocado em posição de esperteza, enquanto aguarda a promulgação de uma Constituição que venha a reger os destinos do País.

No meio do caminho acontece um episódio como este, e o natural é que o povo passe a ver o Congresso com outros olhos.

Afinal, para quem espera uma Constituição, subentende-se que seja escrita com patriotismo e isenção de ânimo. Mas a verdade aos nossos olhos é bem outra, muito mais triste, acabrunhadora e humilhante.

O povo quer crer no Poder, quer crer nas lideranças, mas encontra o esfacelamento moral pelo seu caminho, até mesmo na hora de se escrever a Lei Maior. Se os costumes estão deteriorados, se não há meios para se escrever uma Constituição, então estaremos no último degrau de decadência política, e isto não é verdade.

Por esta razão, o que se espera é que o Congresso adote medidas que coincidam com o pensamento do povo, fazendo uma Constituição que dê direitos e deveres a todos, longe dos interesses pessoais que infelizmente até agora estão dominando os trabalhos.

O egoísmo, o autoritarismo de maiorias conjugadas, estão destruindo a moral, o bom costume, a consciência, e o que restar, é com que se irá promulgar a Lei Maior.

É hora de surgir alguém na Constituinte que mantenha firme o espírito patriótico que deve existir na execução de tão magnânimo trabalho, ao qual tantos estão avessos.

XXX

RETORNO - A posição do secretário Adolfo Lopes no caso do retorno com dignidade para os migrantes de Brasília é a mais clara possível. A exploração do assunto veio de má-fé, até mesmo dentro do governo. Para quem não sabe, em 1964, o então prefeito Plínio Catanheide já se preocupava com o assunto, tendo mandado uma carta a todas as paróquias do Nordeste, sugerindo aos padres que fizessem sermões contra o que se chamava o Eldorado de Brasília.

XXX

CONTRA - Os bancários da CUT e CGT pelo visto não querem nada em ordem. O País inteiro está satisfeito com o trabalho iniciado pelo ministro Mailson de Nóbrega. Agora, os bancários transportam faixa na Esplanada dos Ministérios contra o ministro, mesmo sabendo que esse pensamento irresponsável poderá prejudicar as negociações do Brasil no exterior.

XXX

TELEFONES - O Ministério das Comunicações não pode se excluir do que está acontecendo com a telefonia em todo o Brasil. As comunicações DDD estão difíceis, dão sinal de ocupação ao terceiro dígito, muitas vezes caem, e o assinante tem que fazer outra discagem. Nas ligações locais, é comum a linha cruzada, e a entrada de gravação mandando procurar a lista, mesmo com o número certo.

XXX

TOURING - Desde que o anterior ministro da Fazenda resolveu aplicar nova regra com os consórcios, está havendo algo de inusitado. Um cidadão que iria pagar a última prestação em novembro, foi surpreendido com a informação de que o Governo autorizara a cobrar dois anos a mais. O contrato terminava ali, mas ele continuou a pagar, para não haver complicação. Agora, a prestação passou de 12 mil para vinte mil cruzados, e vai continuar no mesmo ritmo. Desta forma, ele, ao final de mais vinte e quatro meses, terá pago pelo menos o valor de doze carros, e recebido apenas um. Parece que há algo errado no assunto, e o Consórcio é do Touring Clube do Brasil.

XXX

Pazzianotto defende fórmula de consenso

Belo Horizonte - O ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, defendeu ontem, em Belo Horizonte, como a melhor fórmula para a polêmica questão da estabilidade do emprego, a adoção de um conceito ou princípio de estabilidade - o contrato de trabalho impedido de ser rescindido a não ser por justa causa - a não ser do meandro a cargo da legislação ordinária.

Pazzianotto, que foi a Bélica Horizonte Inaugurar a Delegacia Regional do Ibrart - Instituto Brasileiro de Relações do Trabalho, voltou a falar sobre a modificação ou não da política salarial: "Eu entendo que a URP não deve cair, a bem da própria estabilidade social".

O QUE SE VOTOU

- § 53 - Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular visando a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente, e ao patrimônio histórico e cultural. O autor da ação é isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência, salvo comprovada a má-fé.
- § 54 - É reconhecida a instituição do júri com a organização que lhe der a lei, assegurados o sigilo das votações, a plenitude de defesa, a soberania dos veredictos e a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.
- § 55 - Cabe ação de inconstitucionalidade contra ato ou omissão, que fira preceito desta Constituição.
- § 56 - As ações previstas nos parágrafos 48 e 52 são gratuitas.
- § 57 - Serão gratuitos todos os atos necessários ao exercício da cidadania, para as pessoas reconhecidamente pobres, na forma da lei.
- § 58 - O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.
- § 59 - Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos atos internacionais de que o País seja signatário.
- § 60 - Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição, cabendo ao Estado garantir a eficácia desta disposição.
- § 61 - As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

§ 53 - Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular visando a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente, e ao patrimônio histórico e cultural. O autor da ação é isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência, salvo comprovada a má-fé.

§ 54 - É reconhecida a instituição do júri com a organização que lhe der a lei, assegurados o sigilo das votações, a plenitude de defesa, a soberania dos veredictos e a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

§ 55 - Cabe ação de inconstitucionalidade contra ato ou omissão, que fira preceito desta Constituição.

§ 56 - As ações previstas nos parágrafos 48 e 52 são gratuitas.

§ 57 - Serão gratuitos todos os atos necessários ao exercício da cidadania, para as pessoas reconhecidamente pobres, na forma da lei.

§ 58 - O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

§ 59 - Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos atos internacionais de que o País seja signatário.

§ 60 - Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição, cabendo ao Estado garantir a eficácia desta disposição.

§ 61 - As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

Todos abandonam Brasília

Pelo menos durante seis dias Brasília não será a capital política do País. A maioria dos constituintes embarcou ontem mesmo para passar o carnaval em lugares mais animados, aproveitando o cancelamento das votações de hoje na Assembleia Nacional Constituinte. A cada cinco minutos chegavam um carro oficial transportando parlamentares que seguiam direto para a saída Vip do Aeroporto, evitando as longas filas nos balcões de embarque.

Os constituintes chegavam dispostos a aproveitar o feriado longe do plenário

da constituinte. O carnaval de Brasília parece não agradar muito aos políticos brasilienses, que se mostravam bem satisfeitos em deixar a capital da República. O único mau-humorado foi o deputado Jairo Carneiro (PFL-BA). Bastante sério, ele reclamou quando notou a presença do fotógrafo do CORREIO. "Quem deu autorização para me fotografar?", perguntou para depois ameaçar que não queria ver sua fotografia publicada. Como se viajar em um feriado prolongado fosse retirar algum de seus votos.



Olívio Dutra (de terno claro) recebeu apoio de vários constituintes

Petista é acusado mas tem apoio do plenário

Não fosse a atitude enérgica do presidente Ulysses Guimarães frente aos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, mais uma vez a sessão de ontem teria sido suspensa devido a uma denúncia de fraude no processo de votação eletrônica. O acusado desta vez foi o deputado Olívio Dutra (PT-RS) e também presidente do Partido dos Trabalhadores a nível nacional, que assustado ouviu o constituinte Messias Góes (PFL-SE) interromper a votação do parágrafo 53 do artigo 6º para dizer: "Eu vi. Eu vi e quero denunciar aqui no plenário. Acabo de presenciar o deputado Olívio Dutra votar duas vezes, uma na sua bancada e outra no posto avulso.

O silêncio que se seguiu após a denúncia só foi rompido com a declaração impassível do acusado que se dirigia à Mesa dos trabalhos para explicar que a confusão do constituinte Messias Góes era de interpretação, pois ele realmente

te havia se levantado de seu lugar no momento da votação, por ter chegado atrasado à sua bancada. "Por receio de que meu voto não tivesse sido computado recorri ao posto avulso". A denúncia envolvendo o constituinte Olívio Dutra causou a indignação de quase todo o plenário. Fausto Rocha (PFL-SP) pediu a palavra para criticar o clima de animosidade instalado na Casa. Avaliou o comportamento do presidente do PT, colocando-o acima de qualquer suspeita.

Ulysses Guimarães não deu ouvidos ao tumulto que se seguiu declarando que confiava na votação e que daria prosseguimento aos trabalhos. Luiz Inácio Lula da Silva (PT-SP), entretanto, considerou que só a confirmação da votação não seria suficiente para retirar a suspeição, uma vez que o episódio se tornaria público. "Portanto, peço à Vossa Excelência, que faça a confirmação da votação de maneira formal para

que não paire qualquer suspeita a respeito do comportamento do constituinte Olívio Dutra". Ulysses disse que concordava com as apreensões do líder e que formalizava naquele momento a votação.

Neste instante, o líder do PMDB, Mário Covas (PMDB-SP) aproveitou a oportunidade para dizer que alguma coisa precisava ser feita para que o processo de votação eletrônica não mais despertasse suspeitas a cada apreciação. "Quero, sr. presidente - disse ele - colaborar com esse trabalho e sugerir a instalação de três terminais de computação, nas entradas do plenário para que o controle dos movimentos dos constituintes em plenário seja rigoroso. Ulysses agradeceu a sugestão de Mário Covas e disse: "A Mesa encaminhará a sugestão do constituinte e engenheiro Mário Covas, para que se possa diligenciar uma resposta a essa sugestão".

VOTAÇÃO

A definição sobre a estabilidade não deverá sair nos primeiros dias após o recesso. Pelo menos esta é a previsão de Olívio Dutra, para quem não haverá quorum nas sessões da próxima semana. "O Centrão está fissurado, abalado e vai precisar de tempo para se organizar, ainda que exista unidade nessa questão da estabilidade", afirmou. O deputado lembrou também que a estabilidade não é o único ponto polêmico a ser votado sobre os direitos do trabalhador. "Há as questões da unicidade ou pluralidade sindical, do pagamento de horas extras e de férias em dobro, que também exigirão muita negociação".

Segundo Olívio Dutra, o PT reconhece que o Centrão é maioria, "mas política não se faz só com aritmética. O Partido dos Trabalhadores ainda confia no poder de fiscalização do povo, que deve pressionar a Constituinte para obter vitórias".



Deputado embarca e protesta contra a foto

Ameaça de greve é a senha

Desta vez, a saída não foi comandada pelo Centrão. A razão imediata foi dada pelo deputado Ruy Nedel, do PMDB gaúcho, que advertiu aos constituintes sobre a possibilidade de greve geral dos aviários, a partir de zero hora. Funcionou como uma senha - eles foram deixando o plenário, um a um. E não houve o quorum que possibilitaria a Ulysses Guimarães encerrar a votação do Título II do projeto constitucional.

O presidente da Assembleia Nacional Constituinte chegou cedo ao Congresso, e abriu a sessão às 8h30, confiante que votaria, ainda ontem, os parágrafos e

emendas adicionais restantes do Título II. E tudo dava a entender que a confiança de Ulysses não era infundada.

A votação avançava rapidamente, tão livre de problemas que ele, ao invés de marcar outra sessão para o período da tarde, como acontece normalmente, decidiu continuar a sessão iniciada de manhã, até às 15 horas. Não contava com a greve dos aviários.

O aviso foi dado pouco depois das 13 horas, quando faltavam ser votadas apenas 16 emendas adicionais. Imediatamente, iniciou-se o movimento de esvaziamento do plenário, lento, mas irreversível.